

# A valorização docente e a Lei do Piso Salarial: um estado da arte

The teachers' appreciation and the Basic Wage Law: a revision

**Eliara Cristina Nogueira da Silva Teixeira**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

[edyaraegui@hotmail.com](mailto:edyaraegui@hotmail.com)

**Cláudio Pinto Nunes**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

[claudionunesba@hotmail.com](mailto:claudionunesba@hotmail.com)

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar o “Estado da Arte” sobre a Valorização Docente e a Lei do Piso Salarial Nacional para o Magistério Público, cujo propósito é mapear aspectos já privilegiados sobre a temática em diferentes estudos, contribuindo para a identificação de lacunas ainda existentes. No primeiro momento, são apresentadas as fontes onde foram encontrados os trabalhos analisados, descritores usados nas buscas e o recorte temporal. Prosseguindo, o texto, dividido em três seções, traz na primeira seção o quantitativo de trabalhos encontrados, relacionando-os às fontes (Anpae, Anped e Capes) e autores; na segunda, expõe o que destacam as pesquisas acadêmicas sobre o tema em questão, abordando os aspectos já privilegiados; e, na terceira e última seção, aponta direcionamentos, possibilidades e encaminhamentos da nova pesquisa. Conclui-se a partir do trabalho realizado, que a investigação a realizar-se no mestrado acadêmico, além do levantamento de aspectos relacionados à configuração que a Lei do PSPN possui na legislação nacional, bem como dos dados reais sobre o financiamento da educação no Brasil, limites e possibilidades de cumprimento do piso salarial nacional, fará a análise de elementos/materiais constatados no município *lócus* do estudo, triangulando-os com as narrativas dos sujeitos da pesquisa, de modo a averiguar se essa política educacional tem cumprido ou não o papel de valorização docente, corroborando assim com a proposição de mecanismos eficazes para a sua real efetivação.

**Palavras-chaves:** Estado da arte. Lei do Piso Salarial Nacional. Valorização docente.

## Abstract

This article has the objective to present a revision about the teachers' appreciation and the National-Basic-Wage Law to the professional education whose intention is to outline their disseminated aspects, findings in many researches in order to identify gaps to realize others researches. Firstly, it will be presented the sources, descriptors and the time frame. After, it has three parts. One presents the quantitative of researches; at the second, it has a revision to do an exposition about their highlighted aspects; and the end, points out directions, possibilities and referrals to realize another researches. It is concluded from the work carried out that the research to be carried out in the academic master's degree, besides the survey of aspects related to the configuration that the Law of the PSPN has in the national legislation, as well as the actual data on the financing of education in Brazil, limits and possibilities of fulfillment of the National-Basic-Wage Law, will make the analysis of elements / materials found in the loci of the study, triangulating them with the narratives of the research subjects, in order to determine if this educational policy has fulfilled or not the role of valorization teacher, thus corroborating with the proposition of effective mechanisms for their actual realization.

**Keywords:** Revision. Teachers' appreciation. The National-Basic-Wage Law.

# I ntrodução

De caráter bibliográfico, as pesquisas intituladas “estado da arte”, “estado do conhecimento” e/ou “revisão bibliográfica” têm função extremamente relevante dentro de um Programa de Pós-Graduação em Mestrado, visto que apresentam como objetivo contribuir com o levantamento e/ou mapeamento de aspectos e dimensões sobre a temática já destacados e privilegiados pela produção acadêmica nos últimos tempos, corroborando, assim, para evitar a escrita de trabalhos duplicados, bem como direcionar novas pesquisas a partir da percepção de lacunas e vieses ainda existentes.

Nessa perspectiva, o estado da arte apresentado neste estudo buscou desvelar o que as pesquisas acadêmicas publicadas nos primeiros cinco anos após a sanção da Lei n.º 11.738/2008 – Lei do Piso do Piso Salarial Nacional para o Magistério da Educação Básica (BRASIL, 2008), já havia discorrido sobre essa política pública e as possíveis correlações estabelecidas entre esta e a valorização docente. Isso porque, o propósito maior dessa atividade foi orientar a pesquisa em nível de Mestrado, cujo objeto é a análise das implicações da implantação da Lei n.º 11.738/08 no município Pindaí-Bahia e na valorização dos professores da sua rede de ensino.

O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) tem a importante função de equalizar a educação nacional, tão marcada por iniquidades regionais, além de constituir-se num insumo necessário para a valorização dos profissionais da educação, que é encarada como condição imprescindível para a garantia da eficácia na educação, embora tenham sido necessárias duas décadas de estudos e debates desde a Constituição de 1988 até chegar à Lei 11.738/2008 e se instituir de fato o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

De acordo com a Lei n.º 11.738/08, têm direito ao piso todos os profissionais do magistério público da educação básica que trabalham dentro da escola: professores e todos os que dão suporte ao processo ensino e aprendizagem (diretores, coordenadores e orientadores pedagógicos, supervisores, etc.). A lei também explicita que a implantação do piso deveria acontecer gradualmente entre 2009 e 2010, e ser reajustado anualmente, de forma automática, com base no crescimento do valor anual mínimo gasto por aluno do Ensino Fundamental, de acordo as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB). Outra exigência é que estados e municípios teriam que elaborar ou adequar seus planos de carreira e remuneração do magistério às exigências da lei do piso até dezembro de 2009. Finalmente,

como garantia para o cumprimento do piso salarial, a lei dispõe sobre a participação da União no seu custeio e na sua implementação progressiva.

Assim, após ser sancionada em julho de 2008, a Lei do Piso, gerou expectativas de que pudesse ser capaz de cumprir os objetivos pelos quais é defendida pela categoria dos profissionais do magistério. Isso é, tornar-se não apenas um parâmetro salarial nacional, mas, sobretudo, garantir uma valorização que de fato corrobore para a melhoria do ensino através do combate à multijornada de trabalho e ao subemprego; entretanto, o que se apresenta, atualmente, é um cenário não muito otimista: lutas e embates entre governo e sociedade, representada pelas entidades sindicais, diante da resistência de governos subnacionais em não pagar o PSPN e/ou não cumprir os planos de carreiras locais sob a alegação de incapacidade financeira.

Diante do exposto, a escolha do Piso Salarial Nacional para o Magistério Público como objeto de pesquisa se deu por considerá-lo um tema de relevância nacional e local, além de contemporâneo e complexo, demandando um estudo científico mais específico e minucioso.

Isso posto, os descritores escolhidos para a busca e/ou acesso aos trabalhos publicados foram as palavras-chave “Lei do Piso Salarial” e “Valorização docente” e o recorte temporal estabelecido foi o período correspondente entre os anos 2008 e 2013. O ano 2008 fora escolhido como data inicial por se referir ao ano de publicação da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; e, os anos posteriores, por corresponder ao período em que essa lei fora sendo implementada no país, desencadeando a atenção de pesquisadores para o debate sobre a sua avaliação enquanto política educacional.

A seleção dos trabalhos selecionados para construção deste estado da arte priorizou os publicados nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), nos simpósios bianuais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e os do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fontes escolhidas pela notória importância que possuem no cenário educacional brasileiro quanto ao fomento e divulgação da produção científica no país, bem como pelo fácil acesso virtual aos trabalhos neles publicados.

O acesso aos trabalhos da ANPED foi realizado por meio da página da associação, observando o Grupo de Trabalho (GT) 05 - “Estado e Política Educacional” e as Reuniões Anuais 31ª(2008), 32ª (2009), 33ª (2010), 34ª (2011), 35ª (2012) e 36ª (2013). Os publicados nos eventos da ANPAE, que possuem caráter bienal, foram acessados

considerando o Eixo 1 - “Políticas Públicas, Financiamento, Avaliação e Gestão da Educação”, nos anos 2009 (24º Simpósio Brasileiro), 2011 (25º Simpósio Brasileiro) e 2013 (26º Simpósio Brasileiro). Já o acesso ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, por sua vez, fora realizado através do link de busca avançada com indicação do primeiro e último dia de cada ano correspondente ao recorte temporal 2008-2013.

Após a seleção dos artigos, estes foram, primeiramente, organizados quantitativamente e, em seguida, analisados qualitativamente, observando suas especificidades: foco da pesquisa, abordagens metodológicas, autores citados, sujeitos envolvidos e principais conclusões – dados que foram manuseados cautelosamente, desde o início, de forma a creditar maior precisão e representatividade ao resultado final.

## **A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional e a Valorização Docente nas discussões acadêmicas: quantitativo de trabalhos levantados**

A questão da valorização dos profissionais do ensino abrange dimensões objetivas – regime de trabalho, piso salarial profissional, carreira docente com possibilidade de progressão funcional, concurso de provas de títulos, formação e qualificação profissional, tempo remunerado para estudos, planejamento e avaliação, assegurado no contrato de trabalho, e condições de trabalho – e subjetivas – reconhecimento social, autorrealização e dignidade profissional (LEHER, 2010).

As lutas em prol da valorização do magistério da educação básica e pela definição de um piso salarial permitiram avanços com a inclusão do tema no âmago das políticas educacionais implementadas no Brasil nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Da Constituição Federal (CF) de 1988 à Lei nº 11.738/08 que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) foram muitas as políticas públicas efetivadas, destacando a formação inicial e continuada dos profissionais, remuneração condigna, condições apropriadas de trabalho, entre outros, como mecanismos de efetivação da valorização do profissional docente com vistas à melhoria de ensino.

Sendo assim, de acordo com o levantamento feito, foram encontrados 21 trabalhos publicados. A Anpae, com 12 artigos publicados sobre a temática, sobressaiu às demais fontes de busca, correspondendo a 57% das pesquisas encontradas; e, as demais fontes apresentaram, respectivamente, o quantitativo de 05 trabalhos na Capes (24%) e Anped 04 trabalhos (19%).

Com relação aos anos do recorte temporal feito – 2008 a 2013 –, que foram selecionados levando em consideração a publicação da Lei do Piso em 2008 e os anos

subsequentes à implementação dessa política no contexto educacional brasileiro, foi possível constatar que nos dois primeiros anos 2008/2009 não houve nenhuma publicação encontrada nestes eventos/espço, mas um crescimento acentuado no ano 2010 para 2011 (ápice de publicações), acompanhado de um declínio nos anos 2012 e 2013.

Assim, de acordo com as buscas, não houve publicações sobre a temática nos anos 2008 e 2009. O ano 2011 apresenta apenas 01 artigo publicado correspondendo a 4,7% dos trabalhos selecionados para o estado da arte; no ano 2011 a ascensão de pesquisas publicadas foi bastante significativa – 47,9 % dos trabalhos usados nesta pesquisa; e, os anos posteriores, 2012 e 2013, apresentaram um declínio nas publicações correspondendo respectivamente aos percentuais de 28,6% e 23,8% dos trabalhos. Os quadros 1, 2 e 3 abaixo expõem o quantitativo de trabalhos encontrados na Anpae, Anped e Banco de Teses e Dissertações da CAPES com os respectivos anos, autores e títulos.

ANO	SIMPÓSIO	QUANT.	AUTOR (ES)	TÍTULO
2011	25º	01	Aline Chalus V. Carissimi e Rose Meri Trojan	A valorização do Professor no Brasil no contexto das tendências globais.
		02	Eldra Carvalho da Silva	O FUNDEB e o salário dos professores da Educação Básica de Óbidos e Oriximiná Pará: Reflexões sobre a Valorização docente.
		03	Fádylla Késsia Rocha de Araújo	Financiamento da Educação e Valorização do Magistério.
		04	Ildo Salvino de Lira	As discussões acerca da Valorização do Magistério brasileiro.
		05	Magna França	Os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos docentes municipais de Natal e estaduais do RN e o Piso Salarial Nacional.
		06	Luís Carlos Sales	O Impacto da Lei do Piso no Plano de Carreira do magistério público do município de Teresina.
		07	Maria Couto Cunha e Jean Mário Araújo Costa.	As políticas de Formação, Profissionalização e Valorização do Magistério da Educação Básica no Brasil: uma nova agenda.
ANO	SIMPÓSIO	QUANT.	AUTOR (ES)	TÍTULO
2013	26º	01	Cristiane de Almeida V. da Silva	Dilemas em torno da Valorização do Magistério na Bahia: Uma década Pós-LDBEN/96 (1996-2006).
		02	Fabício Aarão Freire Carvalho	Política de Valorização do Magistério da Educação Básica no contexto recente da Política de Fundos: Análise da Carreira Docente em Ananindeu/PA.
		03	Maria Aparecida S. Ferreira e Magna França	Financiamento da Educação Básica e a Aplicação dos recursos do Fundef e Fundeb na Valorização dos Profissionais do Magistério do RN.
		04	Melânia Mendonça Rodrigues e Mônica Martins de Oliveira	Discutindo a Responsabilização docente no Estado da Paraíba.
		05	Michele Borges de Souza, Verônica Lima Carneiro e Carlos José de Melo Moreira	Salário e Formação docente na ótica do Banco Mundial.

**Quadro 1:** Trabalhos encontrados na Anpae – Eixo I “Políticas Públicas, Financiamento, Avaliação e Gestão da Educação”

**Fonte:** Quadro elaborado para este estudo

ANO	REUNIÃO ANUAL	QUANT.	AUTOR (ES)	TÍTULO
2010	33ª	01	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Margarita Victoria Rodriguez	O processo de elaboração da Lei N.11.278/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para a Carreira e Remuneração Docente): Trajetórias, disputas e tensões.
ANO	REUNIÃO ANUAL	QUANT.	AUTOR (ES)	TÍTULO
2011	34ª	01	Zenilde Durli, Elton Luiz Nardi e Marilda Pasqual Schneider	Políticas de Formação e Valorização dos Professores da Educação Básica: (In) consistências das ações e estratégias do PAR nos municípios.
		02	Maria Angélica P. Minhoto, Rubens B. de Camargo, Márcia Aparecida Jacomini.	Carreira e Remuneração do Magistério no município de São Paulo: descrição e análise legislativa em perspectiva histórica.
ANO	REUNIÃO ANUAL	QUANT.	AUTOR (ES)	TÍTULO
2012	35ª	01	Andreza Barbosa	As implicações dos baixos salários para o trabalho docente no Brasil.

**Quadro 2:** Trabalhos encontrados na Anped – GT 05 “Estado e Política Educacional”

**Fonte:** Quadro elaborado para este estudo

ANO	QUANT.	TÍTULO	AUTOR (A)	TIPO
2012	01	A CONAE 2010 e os apontamentos para a política de valorização docente.	Maria Verônica de Souza	Dissertação
	02	Política de Valorização docente em Ribeirão das Neves: impasses e configurações.	Grazielle Dias da Silva	Dissertação
	03	O Piso Salarial Nacional: A valorização do Professor na Constituição de 1988.	Flávio H. R. Carneiro	Dissertação
	04	Valorização Salarial Docente: Implicações das Políticas Públicas Educacionais Relativas à remuneração do magistério no setor privado.	Gisele Vargas	Dissertação
	05	Financiamento da Educação: do Fundeb ao Fundeb – Repercussões da Política de Fundos na Valorização docente da rede estadual do Pará – 1996 a 2009.	Fabrizio Aarão Freire Carvalho	Tese

**Quadro 3:** Trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações da Capes

**Fonte:** Quadro elaborado para este estudo

## O que dizem as pesquisas acadêmicas sobre a Lei do Piso e suas implicações na valorização docente: mapeando aspectos já privilegiados

A etapa de construção do “estado da arte” iniciou-se a partir da leitura completa dos artigos e dos resumos das dissertações e tese encontrados, e posterior levantamento dos aspectos já abordados sobre o tema de modo a revelar possíveis consensos, dissensos e lacunas ainda existentes nas discussões levantadas pelos pesquisadores.

Dessa forma, dos 21 trabalhos citados no Quadro 1, 2 e 3, apresentados na seção anterior, 01 apresenta o processo de desvalorização do professor com a massificação da educação brasileira ocorrida entre os anos 1930-1970, e que serviu de alicerce para o resgate social da profissão docente desencadeando na legitimação e legalização das políticas públicas de valorização do magistério público com a Constituição Federal (CF) de 1988; 02 discutem a valorização e profissionalização magistério a partir das orientações delineadas no contexto das reformas educacionais nos anos 1990; 02 abordam importantes insumos para a valorização do magistério público – salário e formação docente – sob a ótica de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); 01 apresenta o processo de elaboração da Lei do Piso – Lei n.º 11.738/2008 - dentro do contexto social e político que propiciou condições materiais e ideológicas para a redefinição das relações entre sociedade e Estado; 01 esboça as políticas relacionadas ao trabalho docente no Brasil, apresentando-as dentro de um panorama mundial sobre as condições de trabalho dos professores, realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através da pesquisa Talis; 06 apresentam a legislação que trata da valorização salarial do professor relacionando-a à política de financiamento da educação e/ou “Política dos Fundos” – FUNDEF e FUNDEB – instituída a partir dos anos 1990; 01 discute as políticas de valorização dos professores da educação básica a partir das dimensões do Plano de Ações Articuladas (PAR), importante instrumento de regulação das reformas educacionais instituído pelo Estado brasileiro; 01 apresenta a valorização docente e/ou melhoria salarial do professor a partir do pagamento de bônus por desempenho, política implementada nos anos 1990, em que o professor é responsabilizado pelo desempenho dos alunos em testes estandardizados (*accountability*) aplicados na educação básica brasileira; 01 discorre sobre as propostas para a política de valorização docente construídas durante a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010), com vistas a conhecer as demandas sociais contempladas no processo de formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2010; 01 investiga os mecanismos jurídicos usados pelo Legislativo e Executivo para concretizar o princípio constitucional do Piso salarial do professor; 01 debate as implicações das políticas públicas educacionais relativas à remuneração docente no setor privado de ensino; e, 03 analisam os impactos da implantação da Lei do Piso Salarial (PSPN) nos Planos de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) do Magistério em redes estaduais e municipais de ensino brasileiras, observando a remuneração docente.



Quanto à metodologia utilizada no desenvolvimento das pesquisas selecionadas, todas se referiram à abordagem qualitativa e apenas 01 afirma ter utilizado como procedimentos adotados na análise do material coletado os sugeridos por Ludke e André (1986) e Minayo (1999), mas sem explicitá-los. A análise documental subsidiou 20 dos trabalhos analisados, sendo 19 destes em concomitância com a pesquisa bibliográfica. Apenas 01 cita a pesquisa bibliográfica como único procedimento metodológico utilizado na pesquisa. Outro aspecto a ser destacado é que dos 21 trabalhos que utilizaram a pesquisa documental e/ou bibliográfica, 11 foram a campo e discutiram a temática a partir da análise de casos específicos, isto é, analisaram documentos/ legislações das realidades a seguir, e somente 03 entrevistaram sujeitos envolvidos diretamente com a questão em estudo: 01 numa rede municipal de Minas Gerais, 03 no Estado do Pará, 02 no Rio Grande do Norte, 01 no Piauí, 01 no Estado da Paraíba, 01 em Santa Catarina, 01 em São Paulo, e, 01 no estado da Bahia, no âmbito da rede estadual de ensino. Para além dos procedimentos metodológicos explicitados anteriormente, dos 21 trabalhos citados, 01 utilizou observação em escolas, entrevistas e questionários, e 02 utilizaram entrevista semiestruturada.

Sobre os sujeitos das pesquisas, 01 trabalho utilizou apenas os professores, 01 utilizou concomitantemente professores e gestores municipais, e 01 utilizou gestores de órgãos públicos nacionais relacionados à educação brasileira.

Os autores mais citados no aporte bibliográfico das pesquisas serão aqui apresentados, conforme suas contribuições para temática em questão: Rommanelli (2005) e Monlevade (2000) – História da educação nacional, situando o processo de escolarização, expansão do ensino, desvalorização do professor e a busca pela valorização do magistério; Harvey (2008), Peroni (2003), Oliveira (2008) e Neves (2005; 2002) – contexto social e político que definiu as relações sociedade e Estado e reforma do Estado brasileiro na condução neoliberal; Oliveira (2005; 2003) e Barroso (2004) – regulação do Estado nos anos 1990 e descentralização; Tommasi (2007) e Torres (2007) – o Banco Mundial, ideologia do neoliberalismo, lógica do mercado e o financiamento da educação; Camargo (2011; 2010; 2009) e Morduchowicz (2003) – a valorização docente a partir da garantia de Planos de Carreira, Piso Salarial profissional, incentivos e estruturas salariais; Davies (2008; 2009), Duarte (2005), França (2007; 2006; 2005), Farenzena e Araújo (2005) – pacto federativo, financiamento da educação no Brasil, Política de Fundos (Fundef e Fundeb); Abicalil (2008) e Pinto (2003) – Piso Salarial e Remuneração adequada do professor; Freitas (2012; 2009; 2007; 2003), Cabral Neto (2009), Castro (2010; 2007) – responsabilização do professor, remuneração por desempenho, progressão na carreira,

certificação docente; Aguiar (2009) e Saviani (2009) – O PNE/2001 e as políticas de valorização docente.

As conclusões anunciadas pelos autores dos trabalhos selecionados para este estado da arte, sobre a Lei do Piso como política pública educacional para a valorização do magistério, serão descritas a seguir, com o objetivo de resgatar as proposições científicas deles emanadas, de modo a identificar consensos, conflitos e possibilidades de novas discussões sobre o tema, configurando um novo campo investigativo que é o que se propõe a pesquisa de Mestrado num Programa de Pós-Graduação.

Iniciando pela preocupação com a valorização dos professores da educação básica que tem marcado as políticas educativas dos últimos anos, os estudos realizados, embora reconheçam os avanços nas normas legais no âmbito federal, apontam a necessidade de uma política efetiva de formação, valorização, remuneração, além de condições dignas de trabalho dos profissionais do ensino que são colocadas como metas a serem alcançadas em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a um melhor atendimento da educação; alegam ser necessário pesquisar se as medidas implementadas são as mais acertadas para minorar as carências e problemas que vive a escola pública brasileira, uma vez que as iniciativas estão muito aquém de proporcionar aos docentes a valorização desejada e o mínimo de condições para desenvolver sua tarefa a contento e contribuir para uma educação de melhor qualidade (CUNHA; COSTA, 2011).

Para Carissimi e Trojan (2011), a valorização do trabalho docente depende da confluência de três elementos: a existência de condições de trabalho adequadas, uma formação de qualidade e um sistema de avaliação que fortaleça a capacidade dos docentes em sua prática; todavia alega a escassez de estímulos para tornar a carreira atrativa, no que se refere às condições de formação, trabalho e salário. Abordam a partir da pesquisa Talis realizada pela OCDE em 2009, que ainda há muitas disparidades entre as remunerações dos docentes – os latino-americanos recebem três vezes menos que os dos países da OCDE -, além de ter os salários bem menores que os de outras profissões. Além disso, acrescenta à questão salarial, a intensa carga de trabalho dos professores brasileiros, o elevado número de alunos por turma que tem precarizado o ensino, afirmando que as tendências políticas não têm indicado mudanças nesta direção, o que é reforçado por Souza, Carneiro e Moreira (2013) que atribuem às condições supracitadas e à intensificação do trabalho docente nos últimos tempos as mudanças e/ou transformações ocorridas no mundo do trabalho pela demanda do mercado. Lira (2011), também ratificando a ideia de que existem outros elementos além da remuneração condigna do professor para alcance da tão sonhada valorização profissional, acrescenta que cabem aos

educadores e entidades que os representam continuarem reivindicando por condições dignas de trabalho, cuidados com a saúde, ascensão na carreira e reconhecimento social do trabalho, visto que não adianta o professor ser bem remunerado e não possuir o mínimo de condições para realização do seu trabalho.

Em relação ao financiamento da educação básica, impulsionado pela política de Fundos (FUNDEF e FUNDEB), os artigos encontrados apontam conclusões diversas. Vargas (2012) e Carvalho (2012) concordam que essa política contribuiu/repercutiu na remuneração do professor com estímulo financeiro, ainda que mínimo, além de reduzir o número de professores leigos e aumentar o número de professores com ensino superior completo. Outros aspectos considerados como avanços dessa política, tais como a universalização do acesso à educação básica, a implementação de Planos de Carreira e o direito à capacitação profissional, especialmente voltada para a formação continuada, foram complementados por Ferreira e França (2013) e Araújo (2011). Entretanto, sobre essa mesma política foram apresentadas algumas críticas. Avaliando a aplicação dos recursos do Fundef/Fundeb em alguns estados e municípios, Ferreira e França (2013), Silva (2011) e Carvalho (2013) concluíram que não se pode afirmar que ambos os Fundos foram capazes de promover a valorização dos profissionais do magistério, uma vez que, muitos aplicaram mais que o mínimo de 60% em remuneração dos professores, denotando que essa política sozinha não é capaz de promover a valorização, no que tange à remuneração condigna. Os pesquisadores citados aconselham a continuação das mobilizações e lutas para que haja uma elevação progressiva da remuneração.

França (2011) destaca que permanece a existência de variação da remuneração nas diversas administrações, o que continua reforçando as desigualdades econômicas e sociais entre as regionais, e afirma que a remuneração docente precisa ser bem equacionada para dar sustentação ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Ainda sobre o PSPN, a autora ressalta que a Lei nº 11738/2008 apresenta manifestações relevantes e avançadas ao estabelecer uma composição da jornada de trabalho que prevê 2/3 do trabalho docente diretamente com o aluno e 1/3 para o planejamento, a formação e a relação com a comunidade. Sobre esse aspecto (jornada de trabalho) somado à questão vencimento, Fernandes e Rodriguez (2010) ressaltaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n.º4167) impetrada por alguns governos brasileiros contra o §1º e §4º do artigo 2º da referida lei. Isso demonstra a não importância dos governos não só com a remuneração, mas também com as condições adequadas de trabalho.

Quanto à CONAE/2010 e à análise das demandas sobre a valorização docente contempladas no processo de formulação do PNE 2011-2020, Souza (2012) ressalta que

a minuta do Plano Nacional de Educação não contempla a maior parte das diretrizes aprovadas na conferência e que a consulta popular foi só uma forma de legitimar as propostas elaboradas em gabinete, com vistas a dar continuidade às políticas delineadas pelo governo brasileiro.

Sobre a implantação de políticas de responsabilização docente mediante a remuneração por desempenho, Rodrigues e Oliveira (2013) afirmam que estas não constituem mecanismo de valorização docente, mas de intensificação do trabalho do professor e esvaziamento da discussão política da questão qualidade de ensino.

Finalizando, Silva (2011) destaca que não defende a ideia de que melhores salários garantam melhores resultados na qualidade da educação, mas com certeza teriam professores mais satisfeitos, o que poderia ser o início para um trabalho de e com qualidade; e, Sales (2011) fecha a discussão, concluindo que pensar numa educação de qualidade sem prever recursos adicionais para sua efetivação é simplesmente transferir a responsabilidade para os professores, esperando deles abnegação e sacerdócio. É pensar que todo município brasileiro possui receitas suficientes para pagar bem os seus professores. É pensar que a simples elaboração de Plano de Cargos e Salários novo será suficiente para melhorar os salários dos professores. [...] É não perceber que o salário tem sido uma espécie de cabo de guerra, que tem como único perdedor a educação brasileira.

## **Direcionamentos, possibilidades e encaminhamentos para uma nova pesquisa**

De posse das informações dos aspectos já privilegiados nas pesquisas publicadas na Anpae, Anped e Capes, entre os anos 2008 e 2013, sobre a Lei do Piso (PSPN) e a valorização docente, foi possível perceber algumas lacunas e/ou vieses que carecem de melhores esclarecimentos e/ou novos estudos.

Uma importante questão, a saber, inicialmente, é se realmente a Lei do Piso fora implementada em todos os municípios brasileiros. Com relação à discussão sobre a política dos Fundos, faz-se necessário investigar se o FUNDEB sozinho tem condições de dar suporte aos municípios para efetivação ou não da Lei do Piso em suas redes de ensino, analisando se há ou não a necessidade de recursos adicionais. Quanto à saúde do professor e às condições do trabalho docente, especificamente, a redução da jornada de trabalho para 2/3 com atividades em sala e 1/3 para estudo e planejamento, suspensa logo após a Lei do Piso ser sancionada, pela ADI nº4167, constituem também, aspectos a serem desvendados, uma vez que só foram citados nos trabalhos selecionados. Sobre os sujeitos das pesquisas, como a maioria dos trabalhos consultados se efetivou a partir de consultas

bibliográfica e/ou documental - apenas 14,3%, ouviram os sujeitos envolvidos na questão, especificamente os professores; desse modo, analisar a implementação dessa política a partir da percepção dos docentes sobre a esperada valorização da carreira e o papel do piso salarial nesse contexto, também se configura como nova possibilidade de estudo.

Enfim, esses foram alguns pontos que se configuraram como lacunas/vieses, pela demanda de dúvidas suscitadas e que serviram para direcionamento das especificidades que constituirão o estudo/pesquisa que realizaremos sobre o assunto, de modo que este se configure como novo e relevante para o contexto educacional em âmbito local e nacional.

## Considerações finais

Considerado um importante insumo para a valorização e reconhecimento social da profissão, o salário docente consubstanciou a criação de um arcabouço legal que vai da primeira lei educacional no Brasil (1827) à Lei do Piso Salarial Nacional, num período de 181 anos marcado por lutas e embates entre governo e sociedade, representada pelas entidades sindicais. Todavia, a Lei n.º 11.738 – Lei do Piso emergiu trazendo consigo a resistência de governos subnacionais, cujas justificativas recaem sobre a incapacidade financeira de cumprir o piso.

Nesse contexto, e levando consideração as lacunas ainda existentes sobre o tema, conforme explicitadas anteriormente, propomo-nos à realização da pesquisa intitulada “Impactos da Lei do Piso Salarial Nacional no município de Pindaí – Bahia e suas implicações na valorização docente: sentidos dos/as professores/as”, cuja temática insere-se na Linha de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação em nível mestrado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Importa destacar, que esta pesquisa se organizará de modo a explicitar, inicialmente, a partir de levantamento bibliográfico e análise da legislação nacional, as políticas de valorização docente implementadas nas últimas décadas e que consubstanciaram a criação da Lei do Piso, observando a real configuração que essa política educacional ocupou nas agendas dos governos nacionais, de modo a investigar suas reais intencionalidades. Em seguida, será apresentado um estudo aprofundado sobre o financiamento da educação no Brasil, cujo propósito é examinar quais os limites e possibilidades de cumprimento do piso salarial nacional, verificando se os recursos do FUNDEB são suficientes ou se há a necessidade do aporte de novos recursos financeiros. E, para aproximação das informações levantadas com o campo empírico de investigação, será apresentado o panorama educacional do município *lócus* da pesquisa, onde, a partir

da análise de documentos contábeis, legislação local e questionários aplicados ao magistério público municipal, observar-se-á como as políticas de valorização docente implementadas nas últimas décadas, inclusive o PSPN, se configuraram buscando compreender como estas influenciaram na organização da carreira do magistério, inclusive na remuneração docente. Por fim, serão realizadas entrevistas narrativas com alguns professores escolhidos como sujeitos da pesquisa, de modo a desvelar a partir da escuta das suas vozes, que sentidos os/as profissionais do magistério atribuem à Lei do Piso, e se essa conquista trouxe efetivamente mudanças significativas no tocante à valorização docente.

Consoante ao exposto, evidencia-se que a elaboração do “Estado da Arte”, cujo objetivo foi mapear, nas publicações científicas realizadas sobre a Valorização Docente e a Lei do Piso Salarial – 2008/2013, aspectos já debatidos no meio acadêmico, com vistas a descobrir novos espaços de pesquisas, de fato cumpriu o seu propósito, haja vista ter servido como bússola norteadora para definição dos objetivos da pesquisa que nos propusemos a efetivar no mestrado acadêmico, segundo explicitamos.

Finalmente, esperamos com a realização deste estudo avaliar se essa política pública com potencial de valorização docente tem cumprido ou não os seus propósitos, contribuindo, assim, para a proposição de meios eficazes que corroborem para a sua real efetivação.

## Referências

ARAÚJO, Fádyla Késsia Rocha de. *Financiamento da educação e Valorização do Magistério*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompletos01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

BARBOSA, Andreza. *As implicações dos baixos salários para o trabalho docente no Brasil*. Reunião Anual da ANPEd, 35, 21 a 24 de out. 2012. Porto de Galinhas/PE. Disponível em:< <http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos/101-gt05>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick; TROJAN, Rose Meri. *A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompletos01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

CARNEIRO, Flávio Henrique Rodrigues. *O Piso Salarial Nacional: A valorização do professor na Constituição de 1988*. 2012. 223 f., Dissertação (Mestrado em Direito), UFRN.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. *Financiamento da educação: Do Fundef ao Fundeb – Repercussões da Política de Fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará – 1996 a 2009*. 2012. 263 f, Tese (Doutorado em Educação), USP/SP.

\_\_\_\_\_. *Política de Valorização do Magistério da Educação Básica no contexto recente da Política de Fundos: Análise da carreira docente em Ananindeua/PA*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 27 a 30 de mai. 2013. Recife/PE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2013/ComunicaçõesDF.html>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

CUNHA, Maria Couto; COSTA, Jean Mário Araújo. *As políticas de formação, profissionalização e valorização do magistério da Educação Básica no Brasil: Uma nova agenda*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompletos01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

DURLI, Zenilde; NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. *As políticas de formação e valorização de professores da Educação Básica: (In) Consistências das ações e estratégias do PAR nos municípios*. Reunião Anual da ANPEd, 34, 02 a 05 de out. 2011. Natal/RN. Disponível em: <[http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=101:trabalhos-gt05-estado-e-politica-educacional&catid=47:trabalhos&Itemid=59](http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=101:trabalhos-gt05-estado-e-politica-educacional&catid=47:trabalhos&Itemid=59)>. Acesso em: 05 setembro 2014.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; RODRIGUEZ, Margarita Victoria. *O processo de elaboração da Lei n.º 11738/2008 (Lei do Piso Salarial Nacional para a Carreira e Remuneração docente): Trajetórias, disputas e tensões*. Reunião Anual da ANPEd, 33, 17 a 20 de out. 2010. Caxambu/MG. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/trabalhos-gt05>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos; FRANÇA, Magna. *Financiamento da Educação Básica e a Aplicação dos recursos do Fundef e do Fundeb na valorização dos profissionais do magistério do RN*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 27 a 30 de mai. 2013. Recife/PE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2013/ComunicaçõesKN.html>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

FRANÇA, Magna. *Os Planos de Cargos, Carreira e remuneração (PCCR) dos docentes municipais de Natal e estaduais do RN e o Piso salarial nacional*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompletos01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

LIRA, Ildo Salvino de. *As discussões acerca da valorização do magistério brasileiro*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompletos01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra; CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Márcia Aparecida. *Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: descrição e análise legislativa em perspectiva histórica*. Reunião Anual da ANPEd, 34, 02 a 05 de out. 2011. Natal/RN. Disponível em: <[http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=101:trabalhos-gt05-estado-e-politica-educacional&catid=47:trabalhos&Itemid=59](http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=101:trabalhos-gt05-estado-e-politica-educacional&catid=47:trabalhos&Itemid=59)>. Acesso em: 05 de setembro 2014.

RODRIGUES, Melânia Mendonça; OLIVEIRA, Mônica Martins de. *Discutindo a responsabilização docente no Estado da Paraíba*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 27 a 30 de mai. 2013. Recife/PE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2013/ComunicaçõesKN.html>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

SALES, Luís Carlos. *O impacto da Lei do Piso no Plano de Carreira do Magistério público do município de Teresina*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

SILVA, Cristiane de Almeida Vieira da. *Dilemas em torno da valorização do magistério na Bahia: uma década Pós-LDBEN/96 (1997-2006)*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 27 a 30 de mai. 2013. Recife/PE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2013/ComunicaçõesAC.html>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

SILVA, Eldra Carvalho da. *O Fundeb e o salário dos professores da Educação Básica nos municípios de Óbidos e Oriximiná Pará: Reflexões sobre a valorização docente*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 26 a 30 de abril de 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/trabalhosCompleto01.htm>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

SILVA, Grazielle Dias da. *Política de Valorização docente em Ribeirão das Neves: Impasses e Configurações*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação), FAE/UEMG.

SOUZA, Maria Verônica de. *A CONAE 2010 e os apontamentos para a política de Valorização Docente*. 2012, 177 f., Dissertação (Mestrado em Educação), UFGD.

SOUZA, Michele Borges de. *Salário e a Formação docente na ótica do Banco Mundial*. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 27 a 30 de mai. 2013. Recife/PE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2013/ComunicaçõesKN.html>>. Acesso em: 05 setembro 2014.

Submetido em 19/03/2016, aprovado em 30/07/2018.